

A CRIAÇÃO DO PRIMEIRO DISTRITO CRIATIVO NO BRASIL: UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA O CENTRO DA CIDADE DE SÃO PAULO

Érika Moretini¹
Ruy Sardinha Lopes²

Resumo: O presente artigo visa discutir o papel das políticas públicas sobre o desenvolvimento urbano. Para tanto toma como objeto de estudo o processo de criação e implantação do Polo de Economia Criativa – Distrito Criativo Sé/República, em 2014, dialogando tanto com os processos e políticas voltadas para a região central de São Paulo desde a década de 1970, bem como as políticas do governo federal em curso a partir da criação da Secretaria de Economia Criativa, em 2011. Colocadas em perspectiva, através do processo histórico que as originou, este artigo aponta alguns dos rumos seguidos pelas políticas públicas na cidade de São Paulo no sentido de equacionar a relação cultura e desenvolvimento baseada na manipulação das manifestações culturais como elemento catalizador do arranjo das forças que permitem trazer essas relações para um campo onde a ideologia atua com maior efetividade.

Palavras-chave: economia criativa, arranjo produtivo local (APL), desenvolvimento Urbano

1. Introdução

O contexto que acolhe a proposta de criação do primeiro distrito criativo do Brasil, em 2014, na cidade de São Paulo, remete-se em grande medida, ao direcionamento estabelecido pelo governo federal, em 2011, quando criou a Secretaria de Economia Criativa (SEC), no Ministério da Cultura, e publicou o Plano de Economia Criativa (Cultura, 2011), que definiu as diretrizes, objetivos, competências, eixos de atuação e ações da nova secretaria. Ainda que, aparentemente, os desdobramentos das políticas que resultaram das diretrizes estabelecidas pelo Plano não tenham sido os mesmos em diferentes cidades, de um modo geral coadunam com a perspectiva de inserir a agenda da cultura, criatividade e inovação no plano de desenvolvimento concebido pelo governo federal e pelo município de São Paulo, naquela ocasião capitaneados pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

O caminho percorrido para implantação de projetos voltados à economia criativa durante o século XXI, no Brasil, pode ser encontrado em algumas das capitais do país.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – IAU- USP. E-mail: emoretini@usp.br

² Professor doutor do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – IAU- USP. E-mail: rsard@sc.usp.br

Particularmente, no que se refere às políticas públicas, citamos a cidade de São Paulo pela criação do primeiro Distrito Criativo do Brasil. Propomos, neste artigo, recuperar algumas das ações municipais que deram início à criação e implantação do Distrito Criativo Sé/República, definido pelo Plano Diretor Estratégico do município em 2014.

2. Primeiros passos: Territórios e agentes criativos no Brasil e em São Paulo

Podemos apontar a XI Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD, realizada na cidade de São Paulo, em 2004, de onde saiu o “Consenso de São Paulo”³ – que estabelecia o desenvolvimento da indústria criativa como objetivo –, como um marco no sentido do reconhecimento da importância da cultura e da criatividade para o desenvolvimento no Brasil, a exemplo do que vinha ocorrendo em nível internacional. A institucionalização de tais iniciativas percorreu um longo caminho que vai da criação do Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura, em 2006, seguido pela criação da Coordenação Geral de Economia da Cultura e Estudos Culturais, dentro da Secretaria de Políticas Culturais (SPC), em 2009 (BRASIL, 2016), culminando na criação, no âmbito do Ministério da Cultura, em 2011, da Secretaria Nacional de Economia Criativa (BRASIL, 2013).

2.1 Arranjo Produtivo Local. Uma perspectiva para o desenvolvimento

As diretrizes propostas pela SEC coadunam-se, segundo Leonardo De Marchi (2012) pelo modelo “neodesenvolvimentista”, adotado pelo governo federal a partir de 2002, com o incentivo de setores produtivos como o do agronegócio e da cultura

Para gerenciar este novo modelo, novas formas de governança⁴ deveriam ser organizadas, com distintas maneiras de apropriação do poder e de tomada de decisão, considerando as particularidades regionais e locais.

Um dos instrumentos usados pelo modelo neodesenvolvimentista adotado foi o incentivo a aglomeração de pequenas e médias empresas que despontaram no Brasil na década de 1990. Entretanto, foi em 2004, que o conceito de *Arranjos Produtivos Locais*

³ https://unctad.org/en/Docs/tdl380_en.pdf

⁴ Harvey (2005) elabora uma perspectiva de análise baseada na reorientação das posturas de governança urbana, que a partir dos anos 1970, assumem uma dinâmica para além da abordagem administrativa, expressa pelo empreendedorismo e colocando-a para além do governo administrativo.

(APLs), construído pela Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (Redesist), tornou-se uma referência. Compreendido como o conjunto de diferentes agentes atuando em um mesmo território, em torno de atividades comuns ou correlatas, baseados em vínculos de produção, interação, cooperação e aprendizagem, os APLs traduziriam a importância do território para a economia. (KAMIMURA & SIMONETTI, 2017, p. 21, *apud* REDESIST, 2004).

Caracterizados pelo território, pela especialização produtiva, aprendizagem, inovação, cooperação e atores locais, os APLs são resultado do processo histórico que representam e precisavam se transformar em algo mais rentável e produtivo. Ao mesmo passo, apresentam formas de atuação e de cooperação únicas, como por exemplo, a apropriação e expressão coletiva de um conhecimento tácito, que não é apropriado individualmente e, sim, coletivamente, constituindo a participação como um valor fundamental.

Enquanto as instituições se organizavam e reconheciam o movimento da sociedade, a realidade seguia seu caminho. Exemplos de movimentos que indicam a formatação de territórios criativos pipocaram na década de 2010, quase sempre ligados (ainda que rejeitando) às operações ou projetos urbanos. Podemos citar entre eles o Projeto Porto Maravilha na cidade do Rio de Janeiro (2009) e o Ocupa Estelita (2012), em Recife, Pernambuco.

2.2 O centro de São Paulo

Com uma precisão cirúrgica, José (2010), em sua tese de doutorado, constrói um perfil do movimento de transformações do centro da cidade de São Paulo na segunda metade do século XX, quando:

O Centro de São Paulo passou a sofrer mudanças decorrentes, predominantemente, do deslocamento das classes dominantes para outros setores da cidade, acompanhadas pelo comércio e serviços a elas relacionados. As mudanças foram acentuadas com a expansão da centralidade financeira e a diminuição das atividades do mercado imobiliário. A atuação do poder público seguiu as transferências das classes dominantes e do mercado imobiliário, dando apoio à expansão da centralidade urbana e à criação de novas frentes de reprodução do capital. Deste processo, resultou uma grande transformação no Centro, da qual faz parte a sua popularização, divulgada como deterioração ou degradação, termos imbuídos de um caráter ideológico. (JOSÉ, 2010, p. 12).

O resultado do processo descrito acima (e a estratégia ideológica adotada) foi a construção da imagem de um centro onde imperavam aspectos negativos, ambientes deteriorados, violentos, degradados e que, portanto, precisariam ser recuperados para que as elites, pessoas de “bem”, pudessem ocupá-los novamente. Daí a iniciativa do poder público em propor políticas que visassem restabelecer ao centro um papel ‘novo’ no contexto do movimento das relações urbanas. Evidentemente, essa foi a aparência das propostas apresentadas, a máscara da leitura ideológica hegemônica, mas a essência era outra, a construção de uma versão que não evidenciasse as complexidades das relações sociais expressas pela “desigualdade que estrutura o espaço da cidade”, assim como a origem dos conflitos sociais.

É possível, portanto, resgatar desde a década de 1970 um esforço nas ações públicas no sentido de “revitalizar” o centro de São Paulo. Começa a tomar corpo nas políticas públicas a noção de que o centro da cidade era um espaço que deveria ser transformado, e que se pretendia recuperar um “sentido”, que havia sido perdido. Nos anos 1970/80: o Plano Centro (Olavo Setúbal/1975-1979); Plano Revitalização da Área Central (Reynaldo de Barros/1979-1982); Projeto Luz Cultural (Mário Covas/1983-1985) (JOSÉ, 2010, p.27), são exemplos dessa perspectiva. Embora não haja consenso sobre o alcance e resultados de tais políticas, podemos afirmar, que não houve uma transformação no perfil que o centro vinha assumindo enquanto espaço de moradia e comércio popular e um grande ponto de encontro de diferentes modais de transporte urbano, além de alguns escritórios de grandes empresas e bancos que se mantiveram no local.

Nos anos 1990, há uma mudança no cenário político da gestão do centro e pela primeira vez, as propostas de ‘revitalização’ alcançam maior articulação entre os formuladores de políticas públicas e instituições como a **Viva o Centro**: uma associação que representava os interesses dos empresários que atuavam na região. Era o começo das experiências das parcerias público privadas para a recuperação de prédios ‘históricos’ da região da Luz, como a Estação Júlio Prestes, onde o Banco de Boston fez investimentos importantes, e a própria Estação da Luz.

Outro aspecto importante da década de 1990, foi o fortalecimento dos movimentos por moradia no centro, concretizando e expondo os conflitos relativos à carência de

moradia naquele espaço. O que de certa forma, pressionou a reação do poder público e o poder privado no sentido de garantir a propriedade privada de bens imóveis da região.

Os processos ocorridos no contexto deste momento acarretaram mudanças importantes nas relações socioeconômicas não só em São Paulo, mas no Brasil todo. A ‘era FHC’ (Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso) imprimiu um ritmo mais intenso ao movimento de implementação das políticas neoliberais que refletiram na estrutura produtiva urbana. Estabilidade monetária, desregulamentação de setores estratégicos, reestruturação da atividade industrial, impactaram a região metropolitana de São Paulo, assim como a empregabilidade da região.

As Operação Urbana Anhangabaú LM 11.090/91 (1991-1993), Operação Urbana Centro (LM 12.349/97), Lei de Fachada (LM 12.350/97), formaram o perfil das ações que buscavam ‘reconstruir’ novas relações socioespaciais no centro, constituindo balizas temporais importantes do início do processo que culminou nas políticas de incentivo à cidade criativa e ao empreendedorismo.

Neste contexto têm início a participação de agências multilaterais como o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), como instrumentos relevantes para o financiamento de ações que visassem a recuperação da área central. Os projetos financiados eram remodelados de acordo com a orientação política de cada gestão municipal que passou pela prefeitura entre os anos de 1993 e 2009, o que resultou nas seguintes versões: PORCENTRO (1993); Plano Reconstruir o Centro (2001); Programa Ação Centro (2003) e PROCENTRO (2005). O estudo de José conclui que, no período em questão, mesmo diante de tentativas mais, ou menos, exitosas, não houve de fato a remodelação proposta para o centro, no sentido de trazer de volta a elite e as atividades de seu interesse. O território manteve o movimento de popularização (José, 2010).

Durante o governo de Marta Suplicy (2004/2005), foi elaborado um documento chamado *Caminhos para o Centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*, e publicado pela Empresa Municipal de Urbanização – EMURB, em 2004, que pretendia concretizar os subsídios necessários à avaliação de financiamento do BID para investimento no centro da cidade. Neste documento o centro é colocado como área prioritária para os investimentos municipais daquela gestão.

Importante dizer que começa a aparecer no discurso público municipal, uma aproximação de sentidos entre periferia e centro da cidade, mais precisamente ao que foi definido como “centralidade periférica” (Nakano, Malta e Rolnik, 2016) que expressa o movimento da última década do século XX, onde o centro, particularmente a região da Sé e República, ficaram caracterizados por áreas de moradia popular e lugar de passagem para quem utiliza o transporte coletivo.

O entendimento de que planos e projetos que olhavam para o centro de São Paulo formaram um processo contínuo nos últimos 40 anos e emolduram o projeto de Distrito Criativo proposto em 2014 é uma referência deste artigo.

3. O plano diretor de 2014, o Polo de Economia Criativa e os Territórios de Interesse da cultura e da paisagem

Na década de 2010, uma nova camada discursiva é introduzida no contexto das políticas públicas para o centro da cidade de São Paulo, o da **economia criativa** como instrumento de desenvolvimento social e urbano. Ancorado em exemplos internacionais, que indicavam o aumento da renda da população, e na defesa do empreendedorismo como a ação libertadora das amarras do combalido capitalismo industrial, a proposta de construir oportunidades de trabalho e renda ligadas às atividades criativas e culturais mexeu, particularmente, com a grande população jovem mundial e brasileira. Num primeiro momento, as “tribos” marcaram presença. Na sequência vieram as associações, os coletivos e ativistas das mais diversas bandeiras, pleiteando um lugar na identidade cultural urbana.

O vereador Andrea Matarazzo (2013/2016 - Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB), foi um importante defensor da agenda da economia criativa para a cidade de São Paulo. Vários artigos na mídia local (impressa e digital) foram por ele publicados, em um artigo do Diário de São Paulo, em 21 de fevereiro de 2013, escreveu

Por que não projetar uma incubadora de talentos e voltar suas capacidades para empreendimentos artísticos e culturais que enfatizem ainda mais nossa vocação para uma “São Paulo de todas as tribos”? Poderiam ser aproveitados prédios abandonados nas praças da Sé ou da República para a instalação de um espaço multidisciplinar de apoio a promotores culturais, arquitetos, decoradores, escritores, fotógrafos, cozinheiros, músicos, ilustradores, escultores, pintores, atores e atrizes, produtores de vídeos, enfim toda a energia criativa de nossa cidade. Nesse local poderia haver

uma estrutura de apoio de secretárias, computadores, equipamentos de escritórios e pessoal para capacitação em planejamento de negócios, administração, contabilidade, marketing, legislação, divulgação, noções de mercados segmentados, entre outras áreas. O Sebrae e a Associação Comercial poderiam dar um suporte nas áreas de suas especialidades. Seria uma grande oportunidade para quem trabalha neste setor. A Prefeitura já conta com uma Secretaria Especial de Licenciamentos que poderia desburocratizar a emissão de alvarás para bares, restaurantes, galerias, hotéis, teatros, em suma, a expressão das artes em geral, uma vocação típica de quem vive aqui. (MATARAZZO, 2013).

Não tardou para a aprovação, em 2014, do Plano Diretor Estratégico (PDE) de São Paulo contando com adendo do vereador Matarazzo, criando os Polos de Economia Criativa (PEC) e o Distrito Criativo Sé/República como primeiro território reconhecido legalmente sobre o qual se desenhará a atuação dos protagonistas da economia criativa.

O recorte estabelecido pela legislação sobre as competências e atribuições do Polo de Economia Criativa define como objeto das políticas públicas: o patrimônio cultural, entendido como a herança cultural relativas às celebrações, artesanato, gastronomia, lazer, entretenimento, turismo, sítios de valor histórico, artístico e paisagístico, assim como a fruição a museus e bibliotecas; as artes; a mídia; as criações funcionais, como arquitetura, moda, animações digitais, jogos e aplicativos eletrônicos, design de interiores, de objetos e de eletroeletrônicos. Determina que as ações do poder público devem ter como objetivo valorizar e incentivar a diversidade cultural e suas formas de expressão, o potencial criativo e inovador, o desenvolvimento humano, a inclusão social e a sustentabilidade; estimular a criação de outros distritos criativos; e ainda

III – estimular o setor empresarial a valorizar seus ativos criativos e inovadores com a finalidade de promover a competitividade de produtos, bens e serviços cujos insumos primários sejam o talento e a criatividade individual e coletiva; IV – apoiar os coletivos de arte e pequenos produtores culturais através da valorização de seus ativos criativos e inovadores, promovendo o acesso aos seus produtos culturais, à compreensão e fruição da paisagem, o uso do espaço público e a circulação de produtos decorrentes da economia criativa; V – simplificar os procedimentos para instalação e funcionamento das atividades econômicas que compõem a economia criativa. (PDE, DOSP, 2014, p.10)

Estes itens citados indicam alguns dos caminhos adotados pelas gestões municipais, como por exemplo, a política de editais da Secretaria Municipal da Cultura,

e a política de isenção fiscal. Ou quando o vereador Andrea Matarazzo aprovou outro projeto na Câmara (projeto de lei, PL65/2015), dispondo sobre benefícios fiscais, simplificação para alvarás de abertura e funcionamento para atividades que se enquadram no perfil da economia criativa, assim como para uso de bens públicos, permitindo à Prefeitura ceder espaços públicos para uso de *cowork* e incubadoras⁵.

A orientação do Plano com relação às questões culturais e de preservação relacionando-as ao modelo de desenvolvimento que se pleiteava, pode ser compreendida em diferentes capítulos da lei. Nas diretrizes de desenvolvimento urbano, no Capítulo II - Dos princípios, diretrizes e objetivos, está entre os objetivos estratégicos “proteger o patrimônio histórico, cultural e religioso e valorizar a memória, o sentimento de pertencimento à cidade e a diversidade.” (PDE, DOSP 2014, p.01). O Plano propõe a estruturação e ordenação territorial levando em conta o Setor Central “organizado a partir do território da Operação Urbana Centro e entorno”, compondo um conjunto de ações que permitam fortalecer a região a partir da valorização do patrimônio cultural existente, qualificar a oferta de transportes, promover a coexistência de habitação de interesse social para população de baixa e média renda, revisar a Operação Urbana Centro, propor programas de requalificação para a área, ampliando a perspectiva da habitação para populações de alta renda. Prevê ainda a criação das Zona Especial de Preservação Cultural – ZEPEC, para preservação do patrimônio cultural, entendido como os bens de valor histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico e paisagístico, enquadrando todas as áreas onde há imóveis tombados pelas legislações municipais, estaduais e federais.

A articulação entre a cultura e desenvolvimento segue no capítulo que trata do desenvolvimento urbano sustentável. O plano afirma que a diversidade territorial, cultural, étnica, religiosa e de orientação sexual são direitos que potencializam as oportunidades de desenvolvimento econômico. Para tal, o município deveria implementar uma política de ordenamento territorial voltada a essa perspectiva, para tanto são previstos os Polos de Economia Criativa e as prerrogativas necessárias às ações para a implantação e desenvolvimento dos mesmos.

⁵ <https://www.saopaulo.sp.leg.br/vereador/andrea-matarazzo/>

A importância das centralidades polares e lineares como território de concentração de serviços e comércio é reconhecida, assim como seu papel no modelo de desenvolvimento desenhado pelo Plano. O foco no fortalecimento dos polos e eixos de centralidades é previsto e estabelece o centro histórico da cidade de São Paulo como um ambiente de inovação e criatividade, capaz de sustentar e consolidar o movimento proposto, ou seja, são territórios onde se dará o

fomento e desenvolvimento de atividades econômicas que compõem a economia criativa, entendida como o ciclo de criação, produção e distribuição de bens e serviços tangíveis ou intangíveis que utilizam a criatividade, a habilidade e o talento de indivíduos ou grupos como insumos primários, sendo composta por atividades econômicas baseadas no conhecimento e capazes de produzir riqueza, gerar emprego e distribuir renda. (PDE, DOSP, 2014, p.10)

Ainda no contexto do Plano e complementando o processo proposto, estão os parques tecnológicos e os **Territórios de Interesse da Cultura e Paisagem**. Os primeiros para fomentar a economia do conhecimento e o segundo considerado um instrumento de gestão do Sistema Municipal de Patrimônio Cultural, que qualifica as áreas que concentram grande quantidade de

espaços, atividades ou instituições culturais, assim como elementos urbanos materiais, imateriais e de paisagem significativos para a memória e a identidade da cidade formando polos singulares de atratividade social, cultural e turística de interesse para a cidadania cultural e o desenvolvimento sustentável, cuja longevidade e vitalidade dependem de ações articuladas do Poder Público. (PDE, DOSP, 2014, p.16)

Assim o **Polo de Economia Criativa e os Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem** estão definidos no PDE e orientam a criação do primeiro Distrito Criativo Sé/República.

4. Distrito Criativo Sé/República na cidade de São Paulo

A ação do poder público com relação à economia criativa na cidade de São Paulo assume um perfil claro a partir da aprovação do PDE, através do qual determina a necessidade do município atuar efetivamente no sentido de facilitar, incentivar e fomentar a economia criativa, particularmente dentro dos setores prioritários definidos na lei. Assim as estratégias relacionadas com o ordenamento territorial criando as categorias de

atuação, entre eles os Polos de Economia Criativa (PEC) estão legalmente estabelecidas e formam a base do que seriam as políticas públicas formuladas a partir de então.

Diante dos atributos definidos pelo PDE, o primeiro Distrito Criativo normatizado foi o Sé/República, com o seguinte perímetro definido pelo próprio PDE.



Fonte: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/apartes/imaginacao-em-alta/>

PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Quadro 11. Polo de Economia Criativa – “Distrito Criativo Sé/República”

Descrição do perímetro: Começa na confluência da Avenida Duque de Caxias com a Avenida Rio Branco, segue pela Avenida Duque de Caxias até a Rua Mauá, segue pela Rua Mauá até Av. Cásper Líbero, segue pela Av. Cásper Líbero até o Largo de Santa Ifigênia, segue pelo Largo de Santa Ifigênia até o Viaduto Santa Ifigênia, segue pelo Viaduto Santa Ifigênia até o Largo São Bento, seguindo pelo Largo São Bento até Rua Boa Vista, seguindo pela Rua Boa Vista até a Rua Venceslau Brás, segue pela Rua Venceslau Brás até a Rua Roberto Simonsen, segue pela Rua Roberto Simonsen até a Rua Anita Garibaldi, segue pela Rua Anita Garibaldi até a Praça Doutor João Mendes, segue pela Praça Doutor João Mendes até o Viaduto Dona Paulina, segue pelo Viaduto Dona Paulina até a Rua Dona Maria Paula, segue pela Rua Dona Maria Paula até Viaduto

Jacareí, segue pelo Viaduto Jacareí até o Viaduto Nove de Julho, segue pelo Viaduto Nove de Julho até a Rua Martins Fontes, segue pela Rua Martins Fontes até a Rua Avanhadava, segue pela Rua Avanhadava até a Rua Martinho Prado, Segue pela Rua Martinho Prado até a Rua Augusta, segue pela Rua Augusta até a Rua Marquês de Paranaguá, segue pela Rua Marquês de Paranaguá até a Rua da Consolação, segue pela Rua da Consolação até a Rua Amaral Gurgel, segue pela Rua Amaral Gurgel até o Largo do Arouche, segue do Largo do Arouche até Avenida Duque de Caxias e segue pela Avenida Duque de Caxias até o ponto inicial.

Fonte: Lei nº 16050, 31 de julho de 2014. Suplemento Diário Oficial da Cidade de São Paulo. Ano 59, número 140, p. 43, Imprensa Oficial, 2014. Pdf. Documento assinado digitalmente.

Há, portanto, um recorte territorial sobre o qual devem ser identificadas e estimuladas as atividades tipificadas no próprio PDE como sustentadoras de uma economia criativa. Atividades que são ao mesmo tempo resultado e incremento de um processo dialético que começou muito antes e que continua ainda hoje forjando o conjunto de políticas públicas para o território da cidade de São Paulo.

Deste ponto de vista, destacamos algumas iniciativas como o reconhecimento do Parque Augusta e da autogestão como ferramenta de política pública, em 2019, depois de anos de luta (Oliveira, 2019), e a criação do Triângulo SP, pela Lei nº 17.332 de 24 de março de 2020, reconhecendo-o como polo singular de atratividade social, cultural e turística inserido no perímetro do PEC e do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Paulista Luz, criados pelo Plano Diretor Estratégico. Vale ressaltar o movimento do Baixo Augusta, o crescimento do Carnaval de Blocos, a intensificação de Tombamentos de prédios na região (Relatório PDE, 2019), a política de editais e de isenção fiscal para comércios e serviços a serem instalados na região e a tentativa de enfrentar a requalificação da “Cracolândia”.

4.1 O Distrito Criativo depois de 5 anos

Um instrumento indica que o centro e, particularmente o Distrito Criativo, estão sendo foco das políticas públicas municipais, é o Relatório produzido pela Prefeitura sobre os 5 anos do Plano Diretor Estratégico. Segundo o Relatório, houve a implantação de uma Casa de Cultura na região da Sé, conforme estava proposto no PDE; nas ações do Sistema de Proteção ao Patrimônio Cultural relatadas está o Tombamento de 812 prédios no período de 2014 a 2019, na região do Distrito Criativo. No mesmo texto, está identificado o crescimento no uso do *Instrumento Transferência do Direito de Construir-*

TDC⁶ para viabilizar o restauro ou manutenção de seus imóveis tombados. Ainda que não seja feita de modo direto no relatório, pelos mapas de fluxo do TDC, podemos concluir a importância do instrumento na área do Distrito Criativo. Relata ainda que o Registro do Patrimônio Imaterial está regulamentado e em andamento; foi criado o Escritório Técnico de Gestão Compartilhada para organizar as ações relativas ao patrimônio cultural dentro das três esferas de governo (municipal, estadual e federal); está disponibilizado no GeoSampa a camada de bens tombados e Áreas Envolvórias; relata que estava em elaboração o Projeto de Lei que garantirá desconto/isenção de cobrança de IPTU para imóveis tombados. Ressalta que os Polos de Economia Criativa ainda não foram regulamentados, o que deve acontecer no Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico – PMDE (PDE, Relatório de 5 anos da Lei 16.050/2014, 2019).

Outra ação relatada é a implementação dos Projetos de Intervenção Urbana – PIU, que está em andamento e prevê uma ação para o Setor Central protocolado em 2017, com a Consulta Pública inicial encerrada. Vale citar que outras PIUs, limítrofes à central, estão em andamento: PIU Minhocão, Pacaembu, Terminal Princesa Isabel e Rio Branco (PDE, Relatório de 5 anos da Lei 16.050/2014, 2019).

A atuação de entidades como Sebrae, que organizou um conjunto de projetos de apoio e incentivo ao empreendedor criativo e negócios criativos, configurando uma linha de atuação da instituição; e o Sesc, que implantou novas unidades na região do PEC, como o Sesc 24 de maio; Coletivos culturais e criativos, Ativistas, se organizam, particularmente em torno das redes sociais, compondo a diversidade de braços que atuam como vozes da sociedade (ou dos setores que representam) em favor do movimento de fortalecimento da economia criativa no Distrito Criativo Sé/República.

O estudo de Alcântara (2019) sobre a “Hipsterização” da Vila Buarque, no centro de São Paulo, bairro localizado no Distrito Criativo, constata uma alteração no perfil da população e do comércio da região. Uma população jovem, oriundas de camadas de renda mais altas, dispostas a assumir um novo modelo de vida e de consumo, chega na região e imprime um perfil que pactua com alguns dos preceitos da economia criativa, sinalizando mais uma vez para o cenário de concretização das propostas do Distrito Criativo.

⁶ Instrumento que permite transferir o potencial construtivo não utilizado no lote ou gleba para outros lotes ou glebas, para fins de viabilizar, entre outros, a preservação de bem de interesse histórico, paisagístico, ambiental, social ou cultural (PDE – 5 anos de Lei nº 16.050/2014, 2019)

Mais recentemente, configurando uma data limite circunstancial, a aprovação em 12 de fevereiro de 2020, do projeto de lei 689/2019, que reconhece o Triângulo SP, como um polo de atratividade social, cultural e turística na região do Centro Histórico de São Paulo, perímetro formado pelas ruas Boa Vista, Líbero Badaró e Benjamim Constant (região do PEC e Distrito Criativo Sé/República) indica a continuidade do projeto. A lei aprovada estabelece: isenção de IPTU por cinco anos aos estabelecimentos que se enquadrarem nos requisitos, entre eles está o funcionamento noturno e aos finais de semana; redução de 2% na alíquota de Imposto Sobre Serviços (ISS) sobre obras na região; e a isenção de tarifas municipais para funcionamento dos estabelecimentos por cinco anos. Neste caso, capitaneado pela Secretaria de Turismo do município, o projeto do executivo municipal está inserido no seu Plano de Metas, e desde 2018 atua em seis frentes: reforma dos calçadões, iluminação, segurança, limpeza, atendimento socioassistencial e estratégias de ativação.

5. Conclusão

Se a “vocação cultural” ou “criativa” da cidade de São Paulo há muito fora notada, como pode-se constatar pelas várias Operações Urbanas e projetos “revitalizadores”, que tiveram o propósito de tornar a região central da cidade mais “atraente para investimentos imobiliários, turísticos e culturais e preparando-a para o papel de cidade mundial” (SANTOS, 2010, p. 140 *apud* SÃO PAULO/EMURB, 1997, p.1), ou ainda a construção da imagem de metrópole cultural de expressão mundial, e todo o contexto acima narrado, envolvendo o poder público, organizações não governamentais e governamentais, são passos do modo de operar das políticas públicas no sentido de realizar uma experiência de desenvolvimento no espaço urbano através da criatividade e da inovação, sendo o Distrito Criativo Sé/República uma instituição relevante nesse processo.

É curioso observar que a mudança de governo na cidade de São Paulo não enfraqueceu a pauta da cultura voltada ao desenvolvimento. Com a eleição de 2016, o então candidato à prefeitura da cidade, João Dória, emplacou a proposta do empreendedorismo e da economia criativa como pilares do seu programa de governo. Proposta que ele levou ao governo do Estado quando assumiu como governador, em 2019, transformando a Secretaria da Cultura do Estado, em Secretaria de Cultura e Economia

Criativa. A posse do vice-prefeito Bruno Covas na cidade de São Paulo, não interrompeu o programa de incentivo à economia criativa, as diretrizes foram mantidas, assim como as políticas de incentivo e fomento à economia criativa.

Não obstante, o discurso hegemônico que exalta as potencialidades de tais investidas – tais como a valorização da mão-de-obra local, a geração de renda, o indivíduo como ponto focal das relações urbanas etc. -, vários são os autores que ressaltam seu lado negativo, como a geração de espaços urbanos exclusivos e excludentes, os processos de gentrificação, a mercadificação dos espaços e serviços públicos (EZPONDA, GARCÍA, DURÁN, 2013), efeitos que podem ser verificados em algumas das principais capitais do Brasil, inclusive em São Paulo.

Nesse contexto, questões sobre os fundamentos e resultados da economia criativa sobram e fazem transbordar a dúvida sobre a compreensão deste processo. Está, ou não, no caminho do desenvolvimento voltado à equidade social, ou ainda, está ou não voltado para solucionar as contradições típicas do capitalismo contemporâneo?

O namoro da cultura com o desenvolvimento vem de longa data. A construção da estabilidade das relações capitalistas evoca - ainda que com tonalidades diferentes, que variam de acordo com o momento - as manifestações culturais como elemento catalizador do arranjo das forças que permitem trazer essas relações para um campo onde a ideologia atua com maior efetividade.

6. Referências

ALCÂNTARA, Maurício F. de. “Hipsterização” no centro de São Paulo: consumo, trabalho e produção da cidade. Tese de mestrado. São Paulo: USP, 2019.

CULTURA, **Plano da Economia Criativa. Políticas, diretrizes e ações 2011 a 2014.** Brasília: Ministério da Cultura. 2011.

DE MARCH, Leonardo. Construindo o conceito de economia criativa no Brasil. Política cultural no contexto neodesenvolvimentista brasileiro. *In: XXXV Congresso Brasileiro da Comunicação - Intercom* (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), Fortaleza, 2012.

SÃO PAULO. Plano Diretor Estratégico. São Paulo: Diário Oficial de São Paulo, 2014.

EZPONDA, A. G.; GARCÍA, A. L.; DURÁN, S. G. Cultura y creatividad en la nueva economía urbana: evidencias, discursos y críticas. **Revista de Dirección y Administración de Empresas**, 2013, nº20, p. 33-55.

HARVEY, D. Do Administrativismo ao Empreendedorismo: A transformação da governança urbana no capitalismo tardio. *In: A produção Capitalista do Espaço*, São Paulo: Annablume, 2005.

JOSÉ, B. K. **A popularização do centro de São Paulo: um estudo de transformações ocorridas nos últimos 20 anos**. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

KAMIMURA, Quésia P. & SIMONETTI, Erica R. de S. As políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais. *In: OLIVEIRA, Carlos W. de A. et al. (org.) Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro – Ipea, 2017.

NAKANO, Kazuo; MALTA, Candido C.; ROLNIK, Raquel. Dinâmicas dos subespaços da área central de São Paulo *In: Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*. São Paulo, 2016. Fonte: <https://www.researchgate.net/publication/267363241> (Último acesso em 09/04/2021)

MATARAZZO, Andrea. Economia Criativa. *In: Diário de São Paulo*, 2013.

PLANURBE, Plano Diretor Estratégico – 5 anos da Lei nº 16.050/2014. São Paulo: Diário Oficial de São Paulo, 2019.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Silva de. **Parque Augusta na luta pelo comum urbano: uma cartografia de redes e ruas**. Tese de mestrado. ECA/USP, 2019.

ROCHA, R. Avaliação da implementação de políticas públicas a partir da perspectiva neo-institucional: avanços e validade. **Cadernos EBAPE.BR/FGV**, vol. II, nº1, 2004. Fonte: www.ebape.fgv.br/cadernosebape.

SANTOS, Júlio Cesar F. **O álibi cultural: novas formas para valorização e reprodução do espaço na metrópole contemporânea**. Tese de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.